

1 APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresentamos mais um número da Revista Conexão Política, revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI. *Antropologia da Democracia: Mediadores Políticos, Territórios, Direito e Cidadania* é o tema deste dossiê, que contempla situações etnográficas relacionadas à democracia, dinâmicas morais, processos de construção de práxis e subjetividades ético-políticas localizadas em contextos democráticos plurais. Privilegiamos processos vivenciados pelos povos e comunidades tradicionais do Brasil e da América Latina.

Enfatizamos, nesse sentido, como esses atores e agentes sociais historicamente subalternizados têm atuado na vanguarda da transformação, em amplo sentido humanista e decolonial, das amarras autoritárias conjunturais, ao menos, da política do Brasil e de países da América Latina nos últimos quarenta anos. A presente reflexão, deste modo, evoca atenção e evidencia a necessidade de novas abordagens sobre a democracia, dando maior atenção às dinâmicas morais inclusivas e aos processos de construção de práxis e subjetividades ético-políticas não hegemônicas e pós-ocidentais, que buscam atuar em contextos democráticos étnico-raciais e socioculturais plurais, constituídos por povos e comunidades tradicionais, tais como os indígenas, os quilombolas, as quebradeiras de coco e trabalhadores/as rurais de matrizes socio-ecológico-territoriais muitas vezes distantes dos grandes centros metropolitanos de poder, entre outros.

A Antropologia da Democracia aqui em operação, portanto, teve a pretensão de refletir sobre a relação entre a Antropologia, enquanto ciência que aborda a diferença e a alteridade, e a Democracia, enquanto regime político-institucional pautado na construção participativa do poder social, mas também como aceite ético político de práticas e valores cidadãos, em que o Direito individual e coletivo à vida digna e ao bem-viver se consolidam material e simbolicamente. O presente dossiê buscou explorar temas que abordassem os mediadores políticos de novos fazeres democráticos, o direito diferenciado e a cidadania de minorias e subalternos, com o intuito de proporcionar uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e políticas atuais tão turbulentas e ameaçadas por fantasmas autoritários e fantasias colonizadoras.

Os artigos deste dossiê encontram-se na proposta de abordagem crítico-reflexiva do papel dos mediadores políticos na estrutura democrática contemporânea; da construção cidadã e decolonial de direitos individuais e coletivos; da articulação de participação política transformadora em contextos diversos; de sistemas jurídicos e suas interações sociais com movimentos de pressão e representação de povos e comunidades tradicionais; e, ainda, da cultura política que emerge desses novos encontros e sua influência na prática democrática. O

leitor deparar-se-á, com efeito, com um vocabulário de motivos êmicos recorrente em termos de lutas, conflitos e resistências, pois assim tem se apresentado enfaticamente a potência histórica do protagonismo de atores e agentes sociais não hegemônicos nos palcos políticos e sociais de construção da democracia no Brasil e na América Latina.

O primeiro artigo do dossiê, “Arqueologia e dança afro-brasileiras em Pelotas (RS): uma abordagem colaborativa e antirracista”, autoria de Juliana Bizarro Cascais, Lúcio Menezes Ferreira e João Daniel P. Amaro, reflete sobre a importância dos sítios arqueológicos, por meio do estudo de caso da Charqueada São João, que ocorre em Pelotas, Rio Grande do Sul. O evento é significativo para mostrar a relação entre arqueologia, memória e resistência cultural. Os autores defendem o exercício de uma arqueologia inclusiva e colaborativa, que desafie as estruturas de poder coloniais e promova benefícios para as comunidades afrodescendentes. Eles refletem sobre a forma como as pesquisas etnográficas contribuem para o entendimento das dimensões espirituais evocadas pelos sítios, que, em sua complexidade, comunicam a cosmologia afro-diaspórica e a importância da preservação cultural.

“El arraigo a la tierra como forma de resistencia cultural en la comunidad Kari’ña Macapaima”, de Isabel Cristina Orive Ponte e Henry Rafael Vallejo Infante, aborda uma situação vivenciada pelo povo Kari’ña da comunidade indígena Macapaima, descendentes diretos dos Caribe. Eles analisam os impactos da configuração e do processo de expansão urbana e industrial da Cidade Guayana, evidenciando suas implicações para o processo de territorialização e a relação com os recursos hídricos, que dão ensejo à resistência ao modelo de desenvolvimento, em vista de assegurar a integridade física e sociocultural. A reflexão empreendida se inspira na abordagem teórica de Henri Lefebvre e Yi Fu Tuan. É por meio desses autores que eles consideram a dimensão social do lugar e a produção do espaço. As entrevistas realizadas com Yetzeli Martínez, liderança Kari’ña, são analisadas por meio de uma epistemologia decolonial, metodologia qualitativa e análise hermenêutica.

O terceiro artigo aborda igualmente uma situação localizada na Venezuela. “Indígenas Pemón: un pueblo originario invadido y abusado por la minería en su territorio ancestral”, escrito por Henry Rafael Vallejo Infante, utiliza a observação participante, somada à análise geo-histórica documentada de jornais e reportagens publicadas após a criação pelo Estado venezuelano do Arco Mineiro do Orinoco, para considerar os impactos da mineração na paisagem cultural e na biodiversidade. O autor reflete, ainda, sobre a atuação das forças armadas venezuelanas, que, junto com a mineração, disputam o controle do território. Essa ação de exploração é diametralmente oposta à relação de pertencimento indígena, manifesta nas relações ecológicas e espirituais com a terra, considerada por ele uma mãe.

No quarto artigo, “Povos indígenas e a injustiça ambiental: a busca pela responsabilidade sociambiental e a proteção do sistema climático”, Hudson

Carlos Avancini Persch, Jéssica Castro dos Santos e Rubens Darolt Júnior refletem sobre como a injustiça ambiental vem atingindo os povos indígenas. Os autores alertam que cabe ao Estado brasileiro e a coletividade a obrigação de assegurar um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Mostram como a Revolução Industrial e a exploração dos recursos naturais em larga escala vêm produzindo transformações no Antropoceno. Dessa forma, mudanças tecnológicas, políticas, econômicas e ambientais estão sendo efetivadas, causando inúmeros danos ambientais, que colocam em risco a vida dos guardiões da floresta. A pesquisa bibliográfica foi um recurso utilizado para considerar a realidade vivenciada pelos povos indígenas. À guisa de conclusão, defendem a criação de políticas regulatórias para assegurar o uso e o acesso ao meio ambiente e a necessidade de intervenção do Poder Judiciário no controle da política climática.

“Uma condição à democracia: o direito à educação dos povos do campo no Piauí” é o quinto artigo, autoria de Wedson Alves Ferraz, Gesica Mayara Souza Sobral, Marli Clementino Gonçalves e Alexandre José Medeiros do Nascimento. A Educação do Campo – Edoc é tema abordado em um cenário de lutas de coletividades e movimentos sociais que concebem o campo como um lugar de produção de saberes. A problemática central é o processo de construção histórica do direito à educação camponesa no Estado democrático de direito e uma exigência para a democracia dos povos do campo. Em relação ao Piauí, foco de análise dos autores, percebem que há dificuldade de garantir a efetivação deste direito. Esta conjuntura adversa, torna os movimentos sociais um espaço de luta, principalmente o MST, que historicamente vem travando diversas batalhas para que as escolas do campo funcionem devidamente e assegurem a formação de sujeitos críticos-reflexivos atuantes em seu contexto de aprendizagem, para que tenham acesso à terra e condições dignas de sobrevivência do camponês.

O sexto artigo, intitulado “A questão Warao no contexto diaspórico brasileiro”, é da autoria de Raoni Borges Barbosa, Carmen Lúcia Silva Lima e Eliane Anselmo da Silva. A equipe de pesquisadores antropólogos aborda os impactos sociais, políticos e culturais provocados pela presença de indígenas migrantes e refugiados Warao sobre a institucionalidade brasileira, enfatizando os desafios gerados para a democracia, direitos humanos e acolhimento de vulneráveis a longo prazo. A Questão Warao no contexto diaspórico brasileiro compreende atualmente o destino de aproximadamente dez mil indígenas que cruzaram a fronteira internacional entre Venezuela e Brasil de 2014 para cá, perfazendo uma década de experiência diaspórica. Inscrito em um contexto macroestrutural mais amplo de crise societária a nível global, tal deslocamento de massas humanas abarca milhões de indivíduos *desplazados* de sua autoctonia cultural, territorial, linguística e, conseqüentemente, subjetiva e moral-emotiva. O artigo objetiva elaborar uma análise da Questão Warao – com base em etnografias, trabalho de campo em andamento e bibliografia

especializada – que possa subsidiar não somente o debate acadêmico em Antropologia e Etnologia Indígena, mas também contribuir com a compreensão da Cultura Warao por autoridades públicas e pela sociedade civil. Problematisa, nesse sentido, as transformações sofridas pela cultura Warao em regime de diáspora no que tange à organização social e ao parentesco desta etnia, às suas formas tradicionais de conhecimento em mutação intercultural, aos seus modelos identitários de pessoa e coletividade e, por fim, à construção de sistemas socio-ecológico-territoriais no emaranhado de agências e objetos que perfazem a reinventada *tutela* que condiciona a vida Warao no Brasil.

O sétimo artigo, intitulado “De 2011 a 2024: el paso del tiempo sobre un ensayo de Michael Rothberg”, é da autoria de Miguel Ángel Varela e de Rita Juliana S. Poloni. Os autores propõem uma análise crítica do ensaio *De Gaza a Varsóvia: Rumo a um Mapa de Memória Multidirecional*, escrito por Michael Rothberg, em 2011, diante do aquecimento e da escalada do conflito palestino-israelense, após 7 de outubro de 2023. No referido ensaio, Rothberg procura aprofundar-se no conceito de Memórias Multidirecionais, proposto em seu livro homônimo de 2009, fazendo um mapeamento geral das narrativas de memória sobre o Holocausto, especialmente aquelas que comparam a situação dos palestinos na Faixa de Gaza com a dos judeus no Gueto de Varsóvia durante a Segunda Guerra Mundial. Atualizando a discussão à luz das posições do próprio autor, procuram compreender como o conceito de memória multidirecional pode continuar a ser instrumental face aos desafios políticos e humanitários que agora se colocam.

Em “Notas etnográficas sobre a comunidade Warao em Mossoró-RN: entre vulnerabilidades e luta por direitos diferenciados”, nono artigo deste dossiê, a autoria coube aos profissionais da saúde Eva Lúcia de Oliveira, Maria Edna Silva, Lindemberg Mendes Eufrásio e Rita Lúcia Félix de Freitas, e aos antropólogos Eliane Anselmo da Silva e Raoni Borges Barbosa. A reflexão antropológica abordou as lições da experiência de campo das equipes da Estratégia Saúde da Família, da Unidade Básica de Saúde Sinharinha Borges, na cidade de Mossoró/RN, que acompanham os indígenas venezuelanos de etnia Warao desde 2019, quando chegaram no território de abrangência do município. Trata-se de uma população de intensa prática migratória e rotatividade espacial e em vulnerabilidade social em razão de barreiras linguísticas, culturais, socioeconômicas e político-jurídicas que se traduzem no imediato da experiência cotidiana de pauperização, precariedade e violência nos contextos simbólico-interacionais em que moram e trabalham. Esses fatores são ainda determinantes para o adoecimento continuado dessa população. O presente trabalho, nesse sentido, buscou problematizar as experiências da Equipe de Saúde junto aos Warao, em cujo processo assistencial a confiança de grande parte deles foi sendo conquistada; e apresentar breve reflexão antropológica sobre as vulnerabilidades e lutas por direitos que caracterizam a comunidade Warao em Mossoró-RN.

No décimo e último texto deste dossiê, o artigo “O papel dos partidos na eleição de mulheres negras no Brasil: mediação democrática com entraves”, de Diana Azeredo e Maria Lúcia Moritz, analisa como os partidos políticos podem facilitar ou dificultar o acesso de mulheres negras à representação política. A pesquisa adota uma abordagem interseccional para compreender as desigualdades de gênero e raça na participação eleitoral. Com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) das eleições proporcionais de 2014, 2018 e 2022, o estudo investiga a relação entre a orientação ideológica dos partidos e o desempenho eleitoral das candidatas negras. Os resultados indicam que, em 2014 e 2022, partidos de esquerda elegeram proporcionalmente mais mulheres negras, enquanto, em 2018, ano marcado pela ascensão da extrema-direita, os partidos de direita tiveram melhor desempenho. Embora os partidos de esquerda lancem mais candidatas negras, sua efetividade eleitoral permanece baixa, refletindo a histórica sub-representação desse grupo nos parlamentos brasileiros. O artigo conclui que a ideologia e o tamanho dos partidos influenciam as chances de sucesso dessas candidaturas, mas a inclusão política efetiva exige mais do que o simples registro eleitoral, demandando um compromisso real com a diversidade e a equidade. A pesquisa contribui para o debate sobre democracia e representação, ressaltando a necessidade de políticas partidárias mais inclusivas.

A resenha “A questão racial como desafio à democracia burguesa no Brasil: o marxismo entre análise acadêmica e crítica social”, uma contribuição de Jean Henrique Costa e Raoni Borges Barbosa, encerra o presente dossiê dedicado à reflexão em Antropologia Política sobre a atual democracia enquanto fenômeno amplo de implicações políticas, jurídicas e socioculturais. Em breve arrazoado, os autores discutem a obra *Marxismo e questão racial*, publicada pelo intelectual negro Sílvia Almeida em 2021. O argumento central problematizado ao longo da obra afirma que o racismo, enquanto fenômeno social aparentemente apenas superestrutural, – ainda que social e culturalmente capilarizado de forma totalizante, – não compreende somente um problema de moralidades e comportamentos coletivos oportunistas de brancos ricos ou empobrecidos saudosos da mão-de-obra negra em senzala e eito; de juridicidade caduca ou falhas institucionais de uma burocracia geneticamente colonial rançosa e saudosa de varas e chibatas, tumbeiros e sabujos; ou mesmo de uma forma psicológica patológica narcísica anti-igualitária e pendente de aleivosias para com a própria autoctonia e cultura em reconhecimento subalterno de padrões civilizatórios metropolitanos. Outrossim, o racismo deve ser sócio-antropologicamente entendido como um modo geral de relação social estruturada política e economicamente, compondo no cotidiano inconsciente e naturalizado a lógica institucional profunda, oficialmente recalçada pelos discursos e rituais de ordem, e o horizonte normal expectado de ação social simbolicamente inscrito na hierarquização étnico-racial.

O presente número da revista *Conexões Políticas* oferece, portanto, em seu conjunto de textos, uma análise atual e multifacetada de questões diversas relacionadas à democracia por meio das perspectivas multidisciplinares dos autores. A diversidade de temas e situações etnográficas consideradas é bastante instigante para os que se interessam pelas dinâmicas sociais e políticas situadas em contextos democráticos plurais, abrangendo considerações teóricas sobre os desafios institucionais à convivência com a alteridade (como a implementação de direitos diferenciados das minorias), sobre os obstáculos estruturais para a concretização dos Direitos Humanos (como o abuso de hipossuficientes pelo poder econômico) e sobre as práticas e valores cotidianos que promovem ou afastam o exercício intercultural (como a consolidação de políticas de memória e de políticas educacionais para populações historicamente violentadas). Desejamos a todos, nesse diapasão, uma boa leitura e que cada artigo represente um compartilhamento de saberes entre os autores e os que nos derem o prazer desta leitura!

Carmen Lúcia Silva Lima
(PPGANT/UFPI)

Raoni Borges Barbosa
(PPGANT/UFPI/FAPEPI)

Henry Rafael Vallejo Infante
(UPEL – IPC/UFPR)